# PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA-EDUCAÇÃO

PARA PREVENÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NOS ESTABELECIMENTOS DOS DIVERSOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO/ENSINO.

Lages

PLANCON-EDU/COVID-19

Outubro de 2020

## COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO AS AULAS

**Entidades Participantes:**
Este Modelo de Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina e do Comitê Estratégico de Retorno às Aulas e vem acompanhado do **Caderno de Apoio ao Plancon-Covid-19**.

**Governo do Estado de Santa Catarina**
Carlos Moisés da Silva

**Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina**
João Batista Cordeiro Junior

**Secretário de Estado da Educação**
Natalino Uggioni

**Diretor de Gestão de Educação – Defesa Civil de Santa Catarina**
Alexandre Corrêa Dutra

Equipe elaboração Modelo de Plano de Contingência Comitê Técnico Científico Defesa Civil de Santa Catarina:

**Coordenação:** Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica eInovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)

**Sub Coordenação:**
Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina
(DCSC) (relatora) Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC)
Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)
Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC) Leandro Mondini – Instituto Federal
Catarinense (IFC)
Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa
Catarina (IFSC) Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina
(DCSC) (relatora)

**Consultores Externos:**
Maria Cristina Willemann (Epidemiologista – Mestre em Saúde Pública)

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CEE

UNDIME SC

FCEE
Fundação Catarinense de Educação Especial

DEFESA CIVIL
SANTA CATARINA

DEFESA CIVIL
SANTA CATARINA
COMITÊ
TÉCNICO
CIENTÍFICO

FECAM

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde

UNCME
SANTA CATARINA

FETEESC

SINPRO
FLORIANÓPOLIS

FETRAM-SC

SINTE
Santa Catarina
CNTE
CUT

SINEPE/SC

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Entidades observadoras:
MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina
TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

## COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO ÀS AULAS – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Coordenação Geral:**

Carin Deichmann (SED)

**Coordenação Grupos de Trabalho:**

Jeane Rauh Probst Leite (FCEE) –

GT Medidas Sanitárias Marcos

Vieira (SED) – GT Gestão de

Pessoas

Osmar Matiola (SED) – Gestor GT Transporte Escolar

Patrícia de Simas Pinheiro (SED) – Gestora GT Alimentação

Escolar Sônia Regina Victorino Fachini (UNDIME) – GT

Medidas Pedagógicas

**Colaboradores Grupos de Trabalhos Cadernos: 1- Diretrizes Sanitárias; 2- Diretrizes Sanitárias para Alimentação Escolar; 3- Diretrizes Sanitárias para o Transporte Escolar; 4- Diretrizes Pedagógicas; Diretrizes para Gestão de Pessoas.**

Alex Cleidir Tardetti (UNDIME)

Alexandre Oliveira (FEETEESC) Aline Coral (FECAM)

Aline Vitali Grando (SES)

Ana Paula de Oliveira Scherer (UNCME)

Argos Gumbowsky (UNCME)

Ariane Almeida (FECAM)

Betris Clair Andrade (SED) Cali Ferri (SED)

Claúdia Siviane Favero (UNDIME)

Claudio Luiz Orço (UNCME)

Cleonice Maria Beppler (CTC/DCSC/IFC)

Cristiane Chitolina Tremea (FECAM)

Cristiano Rodolfo Tironi (UNDIME)

Danielly Samara Besen (MPSC)

Daphne de Castro Fayad (MPSC)

Darli de Amorim Zunino (UNCME)

Estela Maris Bergamini Machado (UNDIME)

Fabiana de Melo Giacomini Garcez (FCEE)

Fabricio Melo (FECAM)

Florindo do Rio Neto (SES)

Gilmara da Silva (FECAM)

Gláucia da Cunha (TCE-SC)

Graziela Caetano da Rosa Schwartzhaupt (FECAM)

Humberto L. Dalpizzol (FECAM)

Janice Aparecida Steidel Krasniak (ALESC/CDDPD)

João Luiz de Carvalho Botega (MPSC)

Joice Elizabet da Silva (FCEE)

Jorge Luiz Buerger (UNDIME)

Jorge Luiz de Souza (FETEESC)

Karla Simone Martins Dias (FCEE)

Lidiane Ventura Fraga (FECAM)

Lineia Pezzini (FECAM)

Lizeu Mazzioni (FETRAM)

Locenir T. de Moura Selivan (FECAM)

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj (SES)

Lúcia Cristina Gomes (FEETEESC)

Luciane Carminatti (ALESC/CECD)

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

Luzia Biancato Alberton (SINTE/SC)

Maike Cristine Kretzschmar Ricci (SED)

Maria Nadir Araújo Souza (UNDIME)

Maria Regina Souza Soar (FECAM)

Mário Fernandes (UNDIME)

Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas (CTC/DCSC)

Marta Aparecida de Lima Machado Calegari (UNCME)

Maurício Fernandes Pereira (UNDIME)

Maximiliano Mazera (TCE-SC)

Michelle Fernanda De Conto El Achkar (TCE-SC)

Michele Vieira Ebone (SES)

Odécia Almeida de Souza da Silva (FECAM)

Osanilda da Silva Melo Nascimento (SED)

Paula Cabral (SED)

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim (CTC/DCSC/IFSC)

Plauto Mendes (UNDIME)

Raimundo Zumblick (CEE)

Raphael Périco Dutra (TCE-SC)

Regina Panceri (DCSC)

Rita de Cassia Maraschin da Silva (CEAE)

Roberta Lima Guterres (FCEE)

Roberta Vanacor Lenhardt (SES)

Rose Maria Macowski (UNCME)

Rosemari Schiessl dos Passos (FECAM)

Rosemary da Silva Santos (UNDIME)

Rosimari Koch Martins (SED)

Sadi Baron (FECAM)

Sandra Maria Galera (UNDIME)

Sandro Luiz Cifuentes (SINTE/SC)

Sandro Medeiros (SED)

Sueli Silvia Adriano (FETRAM)

Valci Terezinha de Souza (FECAM)

Vera Lucia Freitas (SINTE/SC)

Vicente Caropreso (ALESC/CDDPD)

Volmir Zolet da Silva Junior (MPSC)

Wilsoney Gonçalves (ALESC/CECD)

**Colaboradores Grupos de Trabalhos Cadernos: 6- Informação e Comunicação; 7- Capacitação e Treinamento; 8- Finanças**

Amanda Cristina Pires (CTC/DCSC)

Carin Deichmann (SED)

Caroline Margarida (CTC/DCSC)

Cleonice Maria Beppler (CTC/DCSC)

Elna Fátima Pires de Oliveira (CTC/DCSC)

Fabiana Santos Lima (CTC/DCSC)

Francisco Costa, Gladis Helena da Silva

Harrysson Luiz da Silva

Janete Josina de Abreu

José Luiz Gonçalves da Silveira (CTC/DCSC)

Leandro Mondini (CTC/DCSC)

Maria Hermínia Schenkel

Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas

Noemi Janaína Gimenez Falcão (CTC/DCSC)

Pâmela do Vale Silva

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim

(CTC/DCSC)

Regina Panceri

Renann inácio Rita (CTC/DCSC)

Rodrigo Nery e Costa (CTC/DCSC)

Sarah Cartagena

Vanessa Scoz Oliveira (CTC/DCSC)

PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL

*Plano de contingência aplicável ao município de:*
***LAGES***

*Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:*

ANTONIO CERON
Prefeito(a) Municipal

ROBERTA MACHADO
Proteção e Defesa Civil

CLAITON CAMARGO DE SOUZA
Secretaria de Saúde

IVANA ELENA MICHALTCHUK
Secretaria de Educação

**Membros da equipe Regional de Dissiminadores:**

GISELLE DIAS
Representante das APAEs

DEBORA ESTELA PEREIRA SPOLTI
Representante da Coordenadoria Regional de Educação de São Joaquim

CRISTIANE MAI
Representante da Rede de Nutricionistas - Serra Catarinense

DALMIRA RAMOS
Coordenadoria Regional de Educação de Lages

LAURO SANTOS
Assistência Social - AMURES

MARILZA APARECIDA EHING DE BRIDA
Coordenadoria Regional de Educação de São Joaquim

MARTA MACHADO CALEGARI
Coordenadoria Regional de Educação de Lages

MARCELO MINUSSI
Coordenado Regional de Defesa Civil de Lages

**Membros da equipe do Comitê Municipal de Contingência de Lages:**

IVANA ELENA MICHALTCHUK
Presidente do Comitê - Secretária de Educação

ANDRESSA ALANO ALVES
Representantes do Setor de Ensino

LÚCIA HELENA MATTEUCCI
Representantes do Setor de Ensino

REGINA SCOPEL MAIA
Representantes do Setor de Ensino

ERI CRISTINA DOS ANJOS CAMPOS
Representantes do Setor de Ensino

SILVANA CANÔNICA RAMOS
Representantes do Setor de Ensino

AGNALDO PEREIRA OLIVEIRA
Representantes do Setor Administrativo e/ou Financeiro

VALDIRENE DEMENECH GATTINO FURTADO
Representantes do Setor Administrativo e/ou Financeiro

MARCELA BALASTRIN
Representante do Setor de Recursos Humanos

DANIEL TADEU FRANCISCO
Representante do Setor da Alimentação Escolar

CLAITON CAMARGO DE SOUZA
Secretaria de Saúde

JAMILE ARAÚJO YARED
Representante da Secretaria de Assistência Social

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Representante da Secretaria da Administração e Fazenda

EDENIR ERIMAR ESPÍNDULA
Representante dos Profissionais e Trabalhadores da Educação

LARA CABRAL PEREIRA
Representante dos Estudantes da Educação Básica e Profissional

CLAUDIA MARIS COELHO PEZZI
Representante do Conselho Municipal de Educação

REGINA APARECIDA CORRÊA MEDEIROS
Representante das Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Educação

MARTA APARECIDA MACHADO CALEGARI
Representante das Instituições de Ensino da Rede Estadual

CLEUSA APARECIDA STRAOBEL DA SILVA
Representante das Instituições de Ensino da Rede Estadual

EDITE MORAES
Representante das Instituições de Ensino da Rede Privada

JANE CRISTINA CORBELLINI ROVARIS
Representante das Instituições de Ensino da Rede Privada

ANALÉIA TEREZINHA LEVITTE
Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência

RITA DE CÁSSIA MENEGASSO BAIRROS
Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

ANA PAULA DE BONA SARTOR
Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB

CLAÚDIO SILVEIRA
Representante dos Grupos Organizados dos Transportadores Escolares

MARA SILVANA BRANCO VIEIRA
Representante da Procuradoria Geral do Município

ROBERTA MACHADO
Proteção e Defesa Civil

FLAVIA REGINA CURVELLO
Representante das Instituições de Ensino Federais

JEAN PIERRE EZEQUIEL
Representante do Legislativo Municipal

GIANCARLO ROSA OLIVEIRA - PROMOTOR DE JUSTIÇA
Representante do Ministério Público de Lages

**SUMÁRIO**

COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO AS AULAS 2
Entidades Participantes: 2
Governo do Estado de Santa Catarina 2
Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina 2
Secretário de Estado da Educação 2
Diretor de Gestão de Educação – Defesa Civil de Santa Catarina 2
Sub Coordenação: 2
Consultores Externos: 2
COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO ÀS AULAS – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO 2
Coordenação Geral: 2
Coordenação Grupos de Trabalho: 2
1. INTRODUÇÃO 7
2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA 10
3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO 11
4. OBJETIVOS 11
5. CENÁRIO DE RISCO 12
6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO 21
7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA 22
ANEXO 1 MODELO BOLETIM 48
ANEXO 2 MODELO RELATÓRIO 49
ANEXO 3 DADOS QUANTITATIVOS: 50
FOTOS, REGISTROS, DEPOIMENTOS, GRÁFICOS, ETC 52

## 1. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos Coronavírus— o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

a) ser uma nova doença que afeta a população;
b) o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de
c) ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos. uma doença grave; e

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas tomadas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente, estamos em estado de calamidade pública, decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE, 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo N° 6, de 20 de março, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto n° 515, por conta da pandemia de Coronavírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto n° 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria n° 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde

física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das aulas. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos, mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de atividades educacionais anuais; e o parecer n. 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020a).

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;

b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);

c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;

d) a possibilidade de gerar sobrecarga e, mesmo, ruptura, nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;

e) a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações das instituições de saúde municipais, estaduais, federais e internacionais. As atividades a desenvolver devem ser, sempre, proporcionais e adaptadas ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária,

comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos amobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados na fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estamos elaborando em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

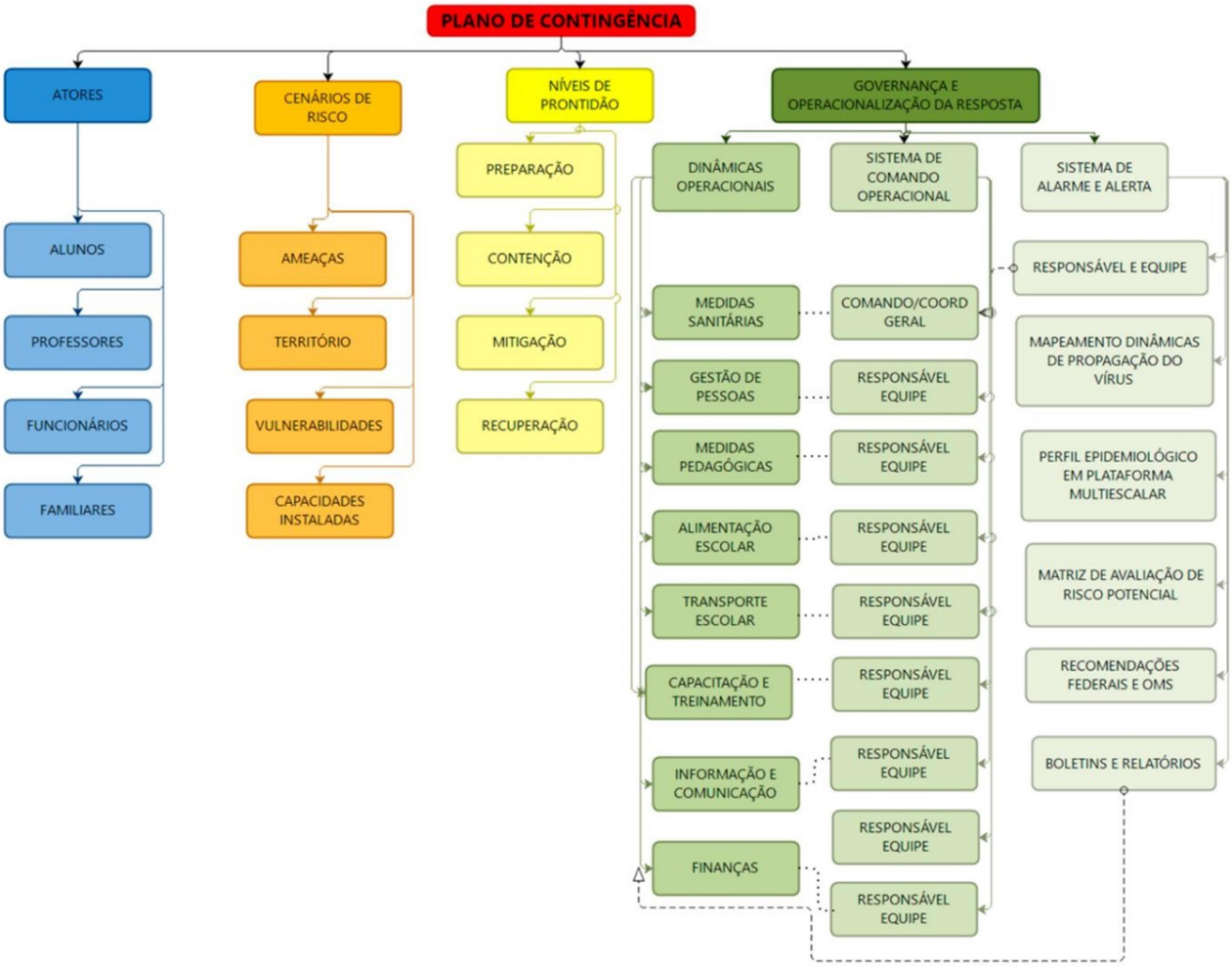
A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante as escolas dos diversos níveis de escolaridade e respectivas comunidades escolares/acadêmicas catarinenses (alunos, professores, funcionários e familiares de todos eles), elaborou o presente PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA (PLANCON- EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O PLANCON-EDU/COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta gerais, para o enfrentamento da epidemia do novo Coronavírus (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentados deverão ser adaptados para cada situação Municipal (ou Regional) e para cada Escola e aplicadas de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

## 2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do Plano de Contingência MUNICIPAL Escolar (PLACONESC-EST) obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

Figura 1. Mapa conceitual de estrutura do Plano.



## 3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO

Público alvo: todas as crianças e estudantes, de todos os níveis de ensino, respetivos professores, funcionários e familiares do Território Municipal de Lages, atendendo todas as escolas de Lages (Estaduais, Municipais e Privadas).

## 4. OBJETIVOS

### 4.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança do sistema educativo no Município de Lages, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação gerais para o enfrentamento da epidemia que, depois, deverão ser adaptadas a cada município/região e escola, enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando criar condições para a continuidade da sua missão educacional.

### 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Identificar os cenários gerais de riscos dos estabelecimentos de ensino dos diversos graus de cada região/município (ameaças, nos territórios envolvidos, ameaças, vulnerabilidades e capacidades instaladas ou a instalar);

b) Definir as dinâmicas e ações operacionais e elaborar os protocolos operacionais específicos, aplicáveis às diversas atividades nas unidades de ensino dos diversos níveis, cumprindo todas as recomendações oficiais;

c) Estabelecer um Sistema de Comando Operacional que oriente, acompanhe, monitor e avalie as dinâmicas e ações definidas e sua aplicação em cada município/região/Centro de educação infantil e/ou escola, em especial, na retomada de atividades presenciais;

d) Assegurar informação constante de boletins atualizados e outros materiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;

e) Garantir uma eficiente comunicação interna (com regiões/municípios ou com escolas da região/município e seus alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e população em geral);

f) Determinar quais os recursos necessários e possíveis a serem mobilizados para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;

g) Planejar ações gerais de resposta/mitigação e recuperação, aplicáveis e adaptáveis pela generalidade dos estabelecimentos de ensino, com devidas adaptações, por eles promovidas;

h) Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

i) Ajudar a gerir as regiões/município/escolas/escolas do campo/escola itinerante/ centros de educação infantil a lidar com eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando para que, de imediato, possam usufruir de todo o apoio necessário, evitando ou restringindo situações de contágios;

j) Criar condições para que seja possível assegurar a continuidade da missão educativa das escolas de todos os tipos e níveis no estado, estabelecendo recomendações sobre estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;

k) Contribuir para garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física emental/emocional;

l) Fiscalizar a execução dos Planos de Contingência das escolas estaduais, municipais, privadas, escolas do campo, escola itinerante e CEIMs;

## 5. CENÁRIO DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para o cenário de risco associado à ameaça da COVID 19, em todos os territórios educativos do município/região e tomando em consideração as vulnerabilidades gerais possíveis de serem identificadas e as capacidades gerais instaladas/a instalar, a nível estadual/municipal/regional.

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Estamos considerando todos os territórios educativos dos diversos níveis e graus e suas inserções em territórios próximos e com territórios relacionados com circulação e transporte associados à atividade escolar.

O território catarinense abarca 295 municípios, tendo 1.270 escolas estaduais, 3.896 escolas municipais, 39 escolas federais, 1.295 escolas privadas.

No que se refere ao número de estudantes e matrículas são 194.601 em creches, 191.697 em pré-escolas, 473.080 em séries Iniciais (de 1º ao 5º ano), 392.182 em anos finais (de 6º ao 9º ano), 312.925 ensino médio e profissional, 69.270 EJA (Educação de Jovens e Adultos), 36.734 em Educação Especial.

Os dados apontam que 22% da população catarinense é de estudantes, sem contar os estudantes das escolas e institutos federais de educação e das universidades e centros universitários. Das escolas 90% ofertam alimentação, 80% água filtrada, 97% faz coleta de lixo periódica.

Quanto ao número de servidores são 205.268 pessoas entre professores, servidores administrativos, serviços gerais, dentre outros.

Situada ao Sul do Brasil, precisamente na região serrana de Santa Catarina, Lages constitui-se cidade polo da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), composta por 18 municípios circunvizinhos.

De acordo com os dados emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[1]em 2018, o município possuía mais de **156 mil habitantes**, dos quais, 152.320 (97,39%) é urbana e apenas 4.086 (2,61%) está inserida no meio rural. O território atual é composto de dois distritos — Índios e Santa Terezinha do Salto — e a maior extensão territorial do município encontra-se na Coxilha Rica, com aproximadamente 800 pessoas, porém essa localidade faz parte do Distrito Sede, a cidade de Lages, que possui um território de 2.645km$^2$, sendo o maior em extensão territorial de Santa Catarina.

Considerando todos os territórios educativos dos diversos níveis e graus e suas inserções em territórios próximos e com territórios relacionados com circulação e transporte associados à atividade escolar, o município de Lages possui **25 escolas estaduais**, **02 escolas federais**, **125 escolas municipais** e **31 escolas privadas**, que atendem a educação básica.

No que se refere ao número de crianças e matrículas na Educação Infantil 7.924 pertencem ao Sistema Municipal, 1.234 à rede privada. No Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano, 7.820 pertencem ao Sistema Municipal, 9.897 pertencem a Rede Estadual. No Ensino Médio 69 pertencem ao Sistema Municipal, 915 pertencem a Rede Privada e 3.678 pertencem a Rede Estadual. Na Educação Profissional 1818 pertencem a rede estadual e 391 pertencem a Rede Privada. Na EJA (Educação de Jovens e Adultos), 482 pertencem a Rede Privada e 1202 pertencem a Rede Estadual.

---

[1] Informações e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/pesquisa/23/25207?tipo=ranking. Acesso em: 05 nov.2020.

Salientamos ainda que o município possui crianças e estudantes atendidos nas várias localidades que compõem o espaço rural, Unidades de Ensino do Sistema Municipal da Educação. São as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) que totalizam 16 unidades situadas na área rural e a 01 EMEB Itinerante Maria Alice Wolff Souza , na modalidade itinerante, distribuídos em 04 núcleos de Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio para a juventude do meio rural.

Para o desenvolvimento do trabalho educacional com as crianças e estudantes matriculadas no município de Lages, o total de professoras/es estão assim distribuídos: 2.786 profissionais da rede estadual; 951 da rede privada e 1.619 pertencem ao Sistema Municipal da Educação

O transporte urbano e público em Lages, acontece especificamente pela empresa TRANSUL. Operando em todos os bairros da cidade, com 31 linhas, percorrendo aproximadamente 258.000 km e transportando em média 480.000 passageiros por mês. Para realizar este serviço conta com uma frota de 72 ônibus e 261 funcionários, e está instalada em 7.900 metros quadrados de área construída no Bairro Conta Dinheiro, ainda possui como estrutura para operação de tráfego o Terminal Urbano Municipal, além de Posto de Atendimento aos usuários que diariamente usufruem desde único serviço na cidade a população que não possui outro meio de locomoção ao trabalho. O transporte municipal conta com uma frota de 12 ônibus escolares que transitam na área rural do município, totalizando o atendimento de 475 crianças e estudantes. Também possui 12 transportadores tercerizados que trabalham para suprir esse atendimento.

A Alimentação do Sistema Municipal de Lages, se organiza da seguinte forma: O cardápio da alimentação escolar é elaborado pela equipe de nutricionistas da alimentação escolar que seguem as legislações do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Este cardápio é dividido por faixas etárias da seguinte forma: Berçário I (0 a1 ano); Berçário II (1 a 2 anos); Creche (2 a 5 anos); Ensino Fundamental (acima de cinco anos – EMEBS e EMEFs). A distribuição dos gêneros alimentícios é realizada semanalmente, quinzenalmente e mensalmente, conforme disposto a seguir: Carnes: semanal, Hirtifrutis: semanal, Secos: quinzenal e mensal. As unidades escolares são distribuídas estrategicamente por rotas conforme a localidade. A entrega de hortifrútis e secos são realizadas por uma equipe de colaboradores do Armazém da Alimentação Escolar de segunda a quarta-feira. A entrega das carnes é realizada por empresa terceirizada diretamente nas unidades escolares.

A Alimentação da Rede Estadual é realizada por meio de empresas tercerizadas e as mesmas já estão em capacitação para atender as necessidades do atendimento aos estudantes da rede estadual.

Os Serviços da Assitência Social são realizados a partir dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Nessa proteção social, o município de Lages, conta hoje com uma estrutura de 8 (oito) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 1 (uma) Central de Cadastro Único dos Programas do Governo Federal, 1 (uma) Equipe de Referência da Proteção Social Básica na gestão (compreende os territórios onde não tem abrangência de Cras), 1 (uma) Equipe do Benefício de Prestação Continuada (BPC e BPC Escola) e 1 (um) Centro de Convivência do Idoso. E a relação de parceria com a Rede Privada do SUAS na Proteção Social Básica, sendo Associação dos Deficientes Visuais (ADEVIPS), Associação Serrana dos Deficientes Físicos (ASDF), na execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e Idosas e com a Irmandade Nossa Senhora das Graças (INSG) na execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). É nessa especificação das funções da Proteção Especial, que se determina os serviços entre Média e Alta Complexidade, destinados a famílias e indivíduos que tem a violação de seus direitos, porém, os vínculos familiares e comunitário não foram rompidos. É na Média Complexidade que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS atua. Em Lages, tem-se uma estrutura de 3 (três) Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), localizados nos bairros: Centro, Coral e Centenário, 1 (um) Centro Especializado para População em

situação de Rua (Centro Pop) e 1 (um) Centro Dia do Idoso. Na proteção social especial de alta complexidade, Lages conta com uma estrutura de 2 (dois) Serviços de Acolhimentos Institucionais para Crianças e Adolescentes (SAICAs), 1 (um) Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (Acolhimento Pop) e 1 (um) Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências (Abrigo temporário para população de rua). E a relação de parceria com a Rede Privada do SUAS na Proteção Social Especial de Alta Complexidade com as 3 (três) Casas Asilares do município (Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos), Conferência Vicentina de Lages, Lar dos Idosos e Lar Menino Deus.

A saúde pública de Lages conta atualmente com o Centro de referência no atendimento em toda região Serrana, na prevenção, orientação e combate ao novo Coronavírus (Covid-19). O município polo da Serra Catarinense se estrutura a cada dia para os atendimentos especializados aos pacientes que necessitarem de assistência pelos malefícios causados por este novo vírus.

O Hospital de Triagem para o novo Coronavírus, em Lages. A estrutura foi montada no prédio do antigo Pronto Atendimento Tito Bianchini, no Centro. Ali, estão à disposição dos profissionais da saúde 13 leitos, sendo nove para cuidados intermediários e quatro leitos com respiradores para os casos mais graves. Pessoas com sintomas leves da doença serão orientadas a permanecerem em isolamento domiciliar, com todos os cuidados e medicação necessária. Materiais e insumos necessários para a realização do trabalho, Equipes médica e de enfermagem atuam nos últimos meses no atendimento de toda população, inclusive da região da Amures.

A escala e trabalho dos profissionais que atuarão no Hospital de Triagem será organizada em turnos de 6 e 12 horas por dia. Uma tenda da Defesa Civil Municipal foi montada para fazer a triagem do lado de fora, evitando assim aglomerações dentro do prédio. Somente serão recolhidas pessoas com sintomas moderados a graves, que precisam de estabilização hospitalar. O gerador de energia que está sendo instalado para a estrutura é cedido, na forma de empréstimo, pelo Exército Brasileiro. Os pacientes devem permanecer no Hospital de Triagem até que sejam liberados leitos nos hospitais para o internamento.

O fluxo na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dra. Maria Gorete dos Santos permanece normal, com atendimentos gerais de adultos e na ala pediátrica. A central telefônica ampliou seus ramais para dar mais agilidade e qualidade no atendimento às milhares de ligações diárias sobre a Covid-19. Os telefones da unidade, em funcionamento ininterrupto são: 3251-7601 e 3251-7602.

## 5.2 AMEAÇA(s)

A **principal ameaça** a que o plano de contingência visa dar resposta é uma **ameaça biológica**, uma pandemia, mais exatamente, a **transmissão do vírus 2019-nCoV**, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório[1], desencadeando no organismo humano a **COVID-19**.

A transmissão ocorre através de gotículas e micro gotículas de saliva e secreções nasais etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem, diretamente, a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato: físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos; e/ou contato de objetos ou superfícies contaminadas eposterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados. Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, originam morte. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico. Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe, ainda, nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis tão cedo. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos, suficientemente testados, embora alguns medicamentos, tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças, tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos comecem a ser testados.

[1] *Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomasleves (febre, tosse,*
*alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).*

Assim, a essa ameaça principal do vírus, em si, e da doença, por vezes mortal, que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas ameaças:

a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;
b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados.

Nos dois últimos casos o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

a. vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);
b. seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;
c. os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde, são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;
d. seu impacto na situação econômica global e de cada país podem gerar uma forte crise;
e. o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;
f. os períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

## 5.3 VULNERABILIDADES

Consideram-se como potencialmente gerais, as seguintes vulnerabilidades, às quais os municípios/regiões e escolas acrescentarão suas vulnerabilidades específicas:

a) facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;

b) falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional, ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente, os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;

c) insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;

d) atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;

e) condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações
   1. físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das
   2. pessoas etc.;

f) baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento social, isolamento social, uso de máscaras, entre outros);

g) existência de atores pertencendo a grupos de risco;

h) atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;

i) dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;

j) falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;

k) alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet.

l) Estudantes com deficiência público alvo da eudcção especial que possuem dificuldade em manter a distância entre professores e colegas, bem como da permanência da máscara, o usso do alcool gel em estudantes com alta sensibilidade manual e a necessidade do isolamento social.

m) Estudantes da educação especial, na mioria dos casos possuem restrições médicas, relacionadas a imundade baixa, restrições alimentares, necessedade constate de manter cuidados de higiene para manter conforto adequado a cada necessidades, exemplo: troca de fraldas, ainda deslocamento e uso do transporte público.

n) Famílias e estudantes com acesso restrito ou sem nenhum acesso as redes de internet para realizar atividades pedagógicas e acessar plataformas digitais tecnológicas digpara aprendizagem híbrida .

o) Insuficiência de recursos para o acesso as ferramentas tecnológicas na formação de professores, merendeiras, serviços gerais e demais profssionais que atuam na Unidade de Ensino, quando os mesmo não possuem acesso ou manifestam outras dificuldades de domínio dos recursos tecnológicas com àqueles residentes em áreas periféricas ou rurais.

p) Número insuficiente de funcionários para auxiliar na fiscalização das normas de convivência exigidas.

q) Horário de acesso as aulas e intervalos ( recreios, causando possível aglomeração na entrada e saída das pessoas)

r) Capacidade adequada de transportar nos veículos disponibilizados pelo poder público, estudantes e crianças da área rural.

s) Capacidade de atendimento as crianças e professores nas Unidades da educação infantil, que não possume na estrutura física espaço adequado de ventilação, circulação e o distanciamento exigido pelos protocolos da saúde e nem mesmo salas que possam acolher crianças que venham apresentar sintomas de febre e outros.

t) Insuficiência de espaços adequados salas específicas para preparo da alimentação de bebês, como lactários, entre outros recursos como utensílios descartáveis para o manusear e servir os alimentos.

## 5.4 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR

Considera-se, em geral, já instaladas as seguintes capacidades:

### 5.4.1 Capacidades instaladas

a) Articulação intersetorial com 18 organizações representativas do estado de Santa Catarina, de diferentes segmentos (educação, saúde, proteção e defesa civil, legislativo, terceiro setor, ministério público, entre outros);

b) Criação de um Comitê Estratégico de Retorno às Aulas com as referidas instituições para planejamento e elaboração de diretrizes, plano de contingência e futuras ações;

c) Expansão do processo e regionalização das ações por meio das coordenadorias regionais de educação (36), de saúde (16), de proteção e defesa civil (20), das associações de municípios (21), das ,Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Sindicato dos Profissionais e Trabalhadores da Educação, Conselho Municipal de Educação e Ensino Privado, Fundeb, Defesa Civil Municipal, Procuradoria Geral do Município, Ensino Federal, Transportes escolares, Conselho Municipal de Alimentação, Legislativo Municipal e Ministério Público, conforme Portaria 015 de 07 de outubro de 2020;

d) Utilização do espaço e da infraestrutura das coordenadorias regionais de educação, dos centros integrados de gerenciamento de riscos e desastres regionais (CIGERDs), espaços do ensino privado e secretarias municipais, das associações municipais, entre outros;

e) Capacidade técnica das equipes envolvidas, em especial, quanto ao seu âmbito específico de atuação.

f) Atualmente o município de Lages conta com a capacidade de atendimentos de saúde composto por 4 Hospitais , sendo um da rede privada, 1 para atendimentos pediatrícos e de emergência, 1 clínica particular. O município conta com 1.210 leitos hospitalares.

g) O munícipo Lages conta com a capacidade de atendimento emergencial do **Corpo de Bombeiros e SAMU que atualmente funcionam na mesma sede.**

R. Mato Grosso, 171 - São Cristóvão, Lages - SC, 88509-220.
Horário: Aberto 24 horas. Telefone: (49) 3289-8330.

h) O Hospital e maternidade Tereza Ramos, além de ser a referência no âmbito de saúde na Região Serrana – AMURES, destaca-se atualmente no tratamento contra o Coronavírus – Covid-19.

5.4.2 Capacidades a instalar

a) Capacitação/treinamento geral de agentes educativos em diversos aspectos respeitantes ao planejamento de retorno às aulas;

b) Capacitação/treinamento de agentes educativos em aspectos específicos das diretrizes constantes do planejamento de retorno às aulas;

c) Desenvolvimento de estratégias orientadas para que agentes educativos/alunos e pais evoluam em suas percepções de risco face ao COVID-19;

d) Realização de simulados de mesa (antes) com secretaria da educação, coordenadorias regionais e de campo (no início do retorno) nas unidades escolares e nos centros de educação infantil;

e) Melhoria progressiva das condições de infraestrutura dos estabelecimentos de ensino/educação, em tudo o que se revelar possível;

f) Desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo;

g) Desenvolver Plano de Comunicação integrado;

h) Disseminação e divulgação do plano de contingência de modo a contemplar todas as organizações envolvidas e em especial, as unidades escolares e os centros de educação infantil;

i) Aquisição das EPIs e disponibilização de demais materiais conforme DAOP Medidas Sanitárias para que as escolas e centros de educação infantil possam retornar com segurança.

j) Capacitação e desenvolvimento de estratégias orientadas às especificidades da Alimentação e do Transporte.

## 6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

| FASES | SUBFASES | CARACTERÍSTICAS | PLANCON ESTADUAL |
|---|---|---|---|
| PREPARAÇÃO | | Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora | |
| RESPOSTA | Contenção<br><br>(por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado) | Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada).<br><br>Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada. | Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados)<br><br>e<br><br>Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária) |
| | Mitigação<br><br>(podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão) | A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária.<br><br>Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes etc.<br><br>Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas. | Emergência de Saúde Pública |
| RECUPERAÇÃO | | Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção. | |

**Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.**

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

## 7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como a que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar neste tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos neste problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente, relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

a) o das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;
b) O do Sistema de Comando Operacional, propriamente dito, diferenciado do "normal" sistema e processo de governo, mas com ele interligado, e que se torna necessário para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;
c) o do Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.

### 7.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais encontram-se em seguida.No planejamento da implementação das diretrizes, dinâmicas e ações foram usadas, como referência, a ferramenta de qualidade 5W2H.

Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são:

W1) porque será feito;

W2) o que será feito;

W3) onde será feito;

W4) quando será feito;

W5) quem o fará.

Os dois H:

H1) como será feito;

H2) quanto custará.

A utilização dessa ferramenta poderá levar à elaboração de quadros do tipo do modelo de quadro 2.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MEDIDAS SANITÁRIAS | Treinamento, divulgação, envolvimento dos profissionais, pais e alunos. | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Antes e durante o retorno das aulas. | Professores, Pais, Alunos, e demais servidores das unidades escolares. RAFAEL CLAITON EDITE ROBERTA | Adotar rotinas regulares de orientação de alunos e trabalhadores sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da transmissão do COVID-19. | Sem custo | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |
| | Medidas de Higiene Pessoal | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Durante o retorno das aulas | Professores, Alunos, e demais servidores das unidades escolares. | Orientar a comunidade escolar sobre os cuidados necessários durante o domicílio, trajeto e estabelecimen | Valores para a compra de equipamentos de proteção, segurança e higienização. | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |
| | Medidas readequação dos espaços físicos para circulação social | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Durante o retorno das aulas | Coordenadores escolares | Readequar os espeços físicos, demarcar, respeitar o limite de ocupação,organizar fluxo de entradas e saídas, desativar bebedouros e catracas | Sem custo | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |
| | Medidas de distanciamento social | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Durante o retorno das aulas | Comunidade escolar | Divulgar e orientar sobre o comportamento social relacionado ao COVID-19. | Sem custo | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema |
| | Medidas de higienização e sanitização de ambientes | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Antes, durante o retorno das aulas e após o término das atividades escolares diárias | Auxiliar de serviços gerais | Treinamento e capacitação dos funcionários para a higienização e sanitização dos ambientes | Valores para treinamentos e a compra de equipamentos e produtos de higienização e sanitização | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Medidas de higienização de materiais e instrumentos didáticos e pessoais | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Antes, durante o retorno das aulas e após o término das atividades escolares diárias | Coordenadores professores, alunos, e demais servidores das unidades escolares. | Orientar sobre a necessidade de higienização de materiais e instrumentos didáticos e pessoais (livros quarentena de três dias após a devolução) | Sem custo | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |
| | Orientações sobre a implementa-ção de medidas de proteção contra a infecção da covid -19 em trabalhadores | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Antes, durante o retorno das aulas e após o término das atividades escolares diárias | Equipe escolar | Capacitar acerca das medidas contra o COVID-19, disponibilizar/ exigir a utilização dos EPI'S | Sem custo | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |
| | Medidas para identificação e condução de casos suspeitos ou confirmados para covid-19 | | Antes, durante o retorno das aulas e após o término das atividades escolares diárias | Equipe escolar | Capacitar acerca das medidas para identificação e condução de casos suspeitos ou confirmados para covid-19 | Sem custo | Seguir as diretrizes do Ministério da Saude e legislações vigentes que tratam do tema. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **MEDIDAS PEDAGÓGICAS** | Estabelecer planejamento Organizacio-nal e pedagógico adaptativo, visto que a volta às aulas deve ser gradual, por etapas ou níveis, e escalonadas, conforme determina-ções sanitárias; | Unidades de Ensino público e privado, com retorno opcional nas seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino fundame n tal, Médio, EJA e Profis-siona-lizante. | A partir do momento em que houver liberação pelos órgãos da saúde, quando a matriz de risco possibilitar e quando a unidade tiver seu plano de retorno às atividades presenciais aprovado pelo comitê municipal | Professoras, professores, crianças, estudantes e demais funcionários das unidades de ensino. | Seguindo protocolos oficiais, bem como as regras de distanciameno e exigências sanitárias. | Valores para acompra de equipament o s de proteção, segurança e higieniza-ção. | Orientar atendiment o prioritário para estudantes que compõem registros de ausência na participaçã o das atividades. passem a fazer. Manter o Regime de atividades não presenciais paralelo ao acolhiment o de crianças e estudantes. |
| | Garantir retomada gradual e escalonada das aulas presenciais, em espaços públicos e privados, tomando como prioridade níveis/etapa da educação básica de maior faixa etária ofertada pela Unidade de Ensino. | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | A partir do momento em que houver liberação pelos órgãos da saúde, quando a matriz de risco possibilitar e quando a unidade tiver seu plano de retorno às atividades presenciais aprovado pelo comitê municipal | Cleusa Aparecida Straobel da Silva<br><br>Eri Cristina Dos Anjos Campos Andressa Alano Alves Lúcia Helena Matteucci Jane Cristina Corbellini Rovaris Ana Paula de Bona Sartor Ana Paula Waltrick Regina Scopel Maia Marta Aparecida Machado Calegari | Seguindo as regras de Distanciamento, e exigências sanitárias. | Valores para a compra de equipament o s de proteção, segurança e higienização<br><br>Gasto Com materiais complemen-tares de cunho pedagógico | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Garantir que as redes de ensino ofereçam atividades presenciais e atividades não presenciais enquanto perdurar o regime especial de educação decorrente da pandemia COVID- 19; Garantir a validação das atividades não presenciais para cômputo do cumprimento da carga horária mínima legal vigente estipulada para cada etapa e modalidade de ensino; | Unidades de ensino públicas e privadas do município de Lages. | Durante o período de atividades não presenciais e quando voltarem as atividades presenciais. | Equipe gestora, professoras e professores. | Formalizando contatos via telefone, indo até a residência, mantendo contato com vizinhos, familiares. | | Relatórios relacionadas a participação do regime não presencial Busca ativa. A Unidade de ensino faz o levantamento dos estudantes ecomeça a buscar formas de contato e de acolhimento para que o estudante demonstre interesse e realize as atividades. |
| | Assegurar acesso e permanência das crianças e estudantes nas unidades de ensino.<br><br>Promover adequações Metodológicas. Estabelecer estratégias de acolhimento e reintegração às famílias e estudantes. Definir os grupos com prioridade para serem atendidos presencialmente, observando | Encaminhamento realizado pelas UBS, triagem para CRAS e CREAS.<br><br>Encaminhamento para consultório particular da/o profissional | Quando houver consenso entre a unidade de ensino e a família sobre a necessidade do Encaminhamento | Profissionais da unidade de ensino e familiares da/o estudante. | Por meio da troca de informações entre unidade de ensino e familiares da/o estudante. | Valores para acompra de Equipamentos de proteção, segurança e higienização.<br><br>Gasto com materiais Complementa res de cunho pedagógico | Sentindo a necessidade, a unidade de ensino, ou os familiares estabelecerã o diálogo, troca de informações e reflexões que permitam entender a necessidade de buscar orientação de uma/um profissional da equipe multidisciplinar. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | que os critérios devem ser validados, preferencialmente e, em diálogo com as comunidades escolares; | | | | | | |
| | Realizar,para Estudantes da Educação Especial, uma avaliação com aequipe pedagógica, professores regentes, de apoio e professores AEE, colhendo a posição da família com relação ao retorno presencial, com foco na funcionalidade eautonomia, sendo garantida a continuidade das atividades remotas para os que estejam impossilitados de retornarem às atividades presenciais; | Sistema Municipal de Educação. CRE Conselho Municipal de Educação. Unidades de ensino. | Durante o período de atividades não presenciais. Ao encerramento de cada trimestre, conforme previsto no calendário escolar. | Secretaria Municipal de Educação. CRE Membros do Conselho Municipal de Educação. Equipe gestora, professoras e professores da unidade de ensino. Famílias das crianças e estudantes | Fazendo registros escritos das atividades elaboradas que chegaram até as/os estudantes. Elaborar registros escritos após a devolutiva das/os estudantes sobre as atividades. | Valores para acompra de equipamentos de proteção, segurança e higienização. | Sistema Municipal de Educação, CRE, e equipes gestoras das unidades orientam professoras e professores para elaboração dos registros escritos com base nas atividades realizadas pelas/os estudantes. - |
| | Mapear e encontrar estudantes que não estabelecerem contato com a unidade durante o período de suspensão das atividades presenciais. | Em todas as unidades de ensino. | Durante o período de atividades não presenciais e em aulas presenciais. | Secretaria Municipal de Educação. CRE Equipe gestora, professoras e professores das unidades de ensino. | Oportunizando outras metodologias para que ocorra o processo de aprendizagem. | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** | Disponibilização de alimentação para os estudantes e alimentações com as dietas especiais (diabéticos, intolerantes a lactosa, glúten etc ) seguindo os protocolos de higienes e EPIS ( Avental, tocas, álcool em gel, proteção, calçados. | CEIs, (Municipais e privado) Escolas Municipai s, Estaduais e Privados | Retornarem às aulas presenciais, gradual, escalonada ou total. | Setor da Alimentação Entregas Administrativo Nutricionistas Cozinheiras Capacitação com equipe da alimentação escolar, cozinheira, auxiliares de cozinha serviços gerais. Constar em chamada pública as orientações de higienes.<br><br>Daniel Tadeu Francisco<br>Ana Paula Waltrick<br>Regina Scopel Maia<br>Rita de Cássia Menegasso Bairros | Capacitação, formação:<br><br>Educação infantil, Orientação.<br><br>Ensino Fundamental I e II, orientação para com os alunos e educadores responsáveis<br><br>EMEFs.: Orientação para com os alunos e educadores responsáveis | Custos de Aventais impermeável de manga longa , Toucas,protetor facial face shield para servir os alunos, luvas de alimentação, protetor de calçados, álcool, sabonete líquido antisséptico sem perfume, máscaras descartáveis tripla camada ( deve ser trocada a cada 4 horas ou assim que estiver úmida) , solução de hipoclorito para alimentação.<br><br>Recipiente fechado para transporte de alimentação até a sala. Lixeira com pedal. | Seguir as diretrizes de boas práticas conforme o manual de Diretrizes Sanitárias para a Alimentação Escola. Orientação aos fornecedores externos conforme item 2 da diretriz. |
| **TRANSPORTE ESCOLAR** | 1.Retomada gradual do transporte escolar. | 1.Unidade s Escolares/ instituições, públicas e privadas atendidas pelo transporte escolar. | 1.Acompanhando o calendário de volta gradual das aulas, e matriz de risco da região. | 1.Todos os transportes escolares.<br><br>----------<br>Claudia Maris Coelho Pezzi<br>Regina Aparecida Correa Medeiros<br>Claúdio Silveira Agnaldo Pereira Oliveira<br>Silvana Canônica Ramos<br>Valdirene Demenech Gattino Furtado | 1.cumprindo todas as regras sanitárias, do Plano de Contingência e das legislações específicas. | **1.** De acordo com o planejamento orçamentário do transportador ou de sua dependência administrativa, de adequação às regras sanitárias e as do Plano de Contingência Municipal, e legislação específica. | 1.De acordo com o calendário de retomada das aulas e deliberações do Comitê Municipal, na mudança da e matriz de risco.<br><br>---------- |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2. Orientar para que os transportes ,nos casos específicos, que dispõe a legislação e circulem com a presença de monitores. | 2.Em todos os meios de transportes que a legislação dispõe. | 2.Com a volta gradual das aulas e matriz de risco da região. | 2.Responsáveis pelo Transporte Escolar (privado e público). | 2. De acordo coma legislação específica. | 2. Sem custo porque os veículos já se encontram adequados desde 2018. | De acordo com a Lei Municipal nº 4.290, de 12/11/2018. |
| | 3.Limitar a 50% a capacidade de lotação de cada veículo com alternância de assentos. | 3.Em todos os veículos do transporte escolar. | 3.Com a volta gradual do transporte. | 3.Responsáveis pelo Transporte Escolar (privado e particular) | 3. Ônibus e micro:priorizar a ocupação alternada dos assentos, até o limite de um ocupante por assento.<br>Vans e Kombis: prioriza a ocupação alternada de assentos.<br>Carros de passeio: resguardar o intervalo de um assento vazio entre os passageiros dos bancos traseiros. | 3.Custos de operacionalização definidos pelo transportador privado, ou quanto ao público, definidos pela dependência administrativa. | 3.Seguindo os protocolos de distanciamento social. |
| | 4.Circular com as janelas dos veículos abertas, sempre que possível. | 4.No percurso dos veículos. | 4.Acompanha-mento diário. | 4.Motoristas/ Monitores | 4.Motoristas/Monitores , se responsabilizarão por abrir as janelas, antes do início de cada turno e ao final,e durante o trajeto dos veículos resguardando a segurança dos passageiros. | 4. Sem custos. | 4. Seguir as recomendações de segurança quanto a idade dos passageiros que estão sendo transportados. |
| | 5. Ordenar a entrada e saída de passageiros. | 5.Nos veículos de transportes. | 5.na entrada e saída dos estudantes/ crianças. | 5.Motoristas/ Monitores. | 5.De forma que no embarque os pasageiros ocupem ,inicialmente, as partes traseiras dos veículos e que o desembarque inicie pelos passageiros dos bancos da parte dianteira.Sendo que , em específico , os alunos da educação infantil deverão ocupar os primeiros assentos. | 5. Sem custos | 5. Organizar a logística da distribuição dos passageiros de acordo com o público-alvo que utilizam o transporte. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 6. Respeitar o distanciamento social, na entrada e saída dos veículos, e na fila de espera nas áreas de embarque e desembarque, com distanciamento de no mínimo 1m, preferencialmente demarcado.<br><br>7. Escalonamento de horários de chegada e saída de veículos nas Unidades de ensino, enquanto estas estiverem abertas, para que estas possam adotar os protocolos no caso da temperatura do estudante/criança ser superior ao definido pela medida sanitária, após a saída deste da unidade de ensino, antes de entrar no veículo de transporte. | **6.** Nos locais de embarque e desembarque dos estudantes/crianças, do transporte escolar.<br><br>**7.** Nas unidades de ensino. | **6.** Antes do início da retomada das atividades de transporte escolar.<br><br>**7.**Antes e durante o retorno das aulas presenciais e o acompanhamento deverá ser constante. | **6.** As unidades de ensino devem: sendo o local de embarque e desembarque dentro do imóvel da unidade de ensino, demarcar o local, e se o embarque for na via pública, a unidade de ensino deve acionar o DIRETRAN, e estes definem e delimitam os locais seguros de embarque e desembarque dos alunos/crianças, cabendo a unidade de ensino a orientação quanto o respeito ao distanciamento .<br><br>**7.** Equipe Gestora e Responsáveis pelo transporte/ Motoristas. | 6. Orientando os estudantes e pais de alunos sobre a importância do distanciamento seguro de no mínimo de 1 m nas áreas de embarque e desembarque e delimitação da área pelo competente, que poderá ser a unidade de ensino dentro de seu espaço físico, ou a DIRETRAN na via pública.<br><br>7.A articulação deverá ocorrer entre a unidade de ensino e o transportador escolar. | **6.** Previsão orçamentária da unidade de ensino, da prefeitura municipal, e demais interessados, na demarcação das áreas.<br><br>**7.** Sem custos. | 6- DIRETRAN para demarcar as áreas destinadas ao embarque e desembarqu e de alunos/crian-ças nas unidades de ensino, na via pública e unidades de ensino quando o espaço de embarque e desembar-que se der dentro do imóvel da unidade de ensino.<br><br>7. As unidades de ensino em comum acordo com o transporta-dor, farão o escalonamen-to de horários de chegada e saída. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 8. Tornar mais rigorosa a higienização interna e externa de todos os veículos, e garantir a higienização dos materiais/ produtos dos portadores de necessidade de especiais(cadeiras de rodas, bengalas); | 8. Nos veículos do transporte escolar. | 8.Antes e durante, o retorno das aulas presenciais, e o acompanhamento deverá ser constante. | 8.Motoristas/ Monitores e responsáveis pelos veículos. | 8. Higienizar os pontos de contato (cabine do motorista, volante, corrimão, assentos,braços dos assentos , puxadores de portas) no início e no final de cada turno com água e sabão e/ou álcool gel 70%;Higienização completa, periódica dos veículos (lavagem); Todos os veículos deverão portar luvas. Limpeza periódica do ar condicionado dos veículos (seguir as Orientações do manual de manutenção dos veículos). | **8.** Custos de operacionalização definidos pelo transportador privado, ou quanto ao público definido pela dependência administrativa. | 8.Seguir as recomendações das normas sanitárias e definidas pelo Plano de Contingência Municipal, e complementados pelas unidades de ensino ao que couber para o transporte escolar. |
| | 9..Utilização pelo motorista/ monitor de máscara facial como barreira de disseminação do vírus, e obrigatoriedade do uso de máscara a todos os passageiros, maiores de 2 anos. | 9.Dentro dos veículos de transporte escolar | **9.** Antes e durante o retorno das aulas . | 9.Motoristas/ Monitores, Estudantes e todas as pessoas que entrem ou permaneçam nos veículos, maiores de 2 anos. | 9.Motorista/ monitor, estudantes/crianças maiores de 2 anos, devem utilizar a máscara durante o trajeto dentro do veículo de transporte escolar. | **9.** Previsão orçamentária do transportador de compra da máscara. | 9. Orientações dispostas na Portaria SES nº 224 de 03/04/2020 |
| | 10.Realizar a aferição da temperatura corporal dos estudantes/ crianças antes de entrar no transporte escolar. | **10.** no veículo de transporte escolar | 10.antes de entrar no veículo de transporte escolar. | 10.Motorista /Monitores, devem aferir a temperatura dos estudantes/criança s passageiros. | 10. A temperatura corporal será aferida à medida que os estudantes/crianças forem entrando nos veículos. | 10.previsão orçamentária do transportador para compra de termômetros infravermelhos. | 10.Aferida a temperatura de 37,8ºC ou superior não será permitida a entrada do estudante no transporte e a Equipe |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Gestora e família serão comunicadas para que tomem as devidas providências .Nos parabrisas dos veículos deve ser fixado adesivo indicando a obrigatoriedade do uso de máscaras. |
| | 11. Disponibilizar álcool gel 70% para higienização das mãos e punhos. | **11.** No veículo de transporte escolar. | **11.** Durante operíodo de utilização do transporte escolar. | 11..Motorista/ Mon itor, disponibilizarão aos estudantes/ crianças. | **11.** Utilização pelo motorista/ monitor e pelos passageiros. | **11.** custos com a aquisição de álcool gel 70%. | 11. Disponi-bi lização pelo transporta-dor de álcool gel 70% aos estudantes/ crianças que adentrarem ao veículo. |
| | 12. Orientação de instalação, entre o motorista e passageiros barreiras de vidro ou acrílico. | **12.** no transporte escolar. Ônibus, microô-nibus, Vans e Kombi | **12.** antes de iniciar a utilização do veículo para transporte escolar, à medida que forem voltando às aulas. | 12. Responsáveis pelo transporte escolar privado e público. | **12.** Instalando a barreira de vidro. | **12.** o transportador na compra/ instalação das barreiras de vidro ou acrílico. | 12. o Transporta-dor Instalará, entre o motorista e passageiros barreiras de vidro ou acrílico. |
| | 13. Treinamentos a Todos os profissionais que trabalham como transporte escolar. | **13.** Local previamen-te agendado pelo Comitê que especificará a forma de treina-mento e agen-damento | **13.** Antes do início da volta escalonada das aulas. | 13. Motoristas/ monitores. | - | **13.** Conforme previsão orçamentária do Município. | 13. Os profissionais que trabalham no transporte escolar devem passar por capacitações que abordam sobre a higienização / desinfecção dos veículos, sobr e a obrigatorie-dade do uso |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | de máscaras dentro do transporte e sobre a importância de orientar os passageiros a higienização das mãos e punhos com álcool gel 70%.Além de procedimentos de higienização pessoal antes e depois de cada turno de trabalho. |
| | 14. Os transportadores escolares e monitores devem procurar um médico e se necessário realizar Teste de Covid-19, sempre que apresentarem sintomas característicos da COVID-19. | 14. Motoristas e monitores do transporte escolar. | 14. Sempre que apresentarem sintomas característicos de Covid-19 (febre entre outros) | **14.** Motoristas e Monitores. | **14.** por meio de médico especialista. Atenção permanente. | **14.** Utilizando o sistema público ou privado de saúde; conforme previsão orçamentária do transportador | 14. Motoristas e monitores deverão ,imediatamente,informar aos responsáveis pelo transporte escolar e equipe gestora caso apresentem sintomas de síndrome gripal e ou convivam com pessoas suspeitas ou confirmadas da Covid-19. |
| | 15. Fiscalização | 15. Veículos de Transport e Escolar que estejam em trabalho com estudantes. | 15. Constantemente | **15.** Vigilância Sanitária/ o Comitê Municipal. | **15.** Conforme previsão do setor de fiscalização municipal, ou do comitê municipal. | **15.** Previsão orçamentária do município com o custo, e do Comitê Municipal. | 15. Fiscalização de acordo com o as determinaçõ es oficiais do setor de fiscalização, e quando necessário do Comitê municipal, para investigação de denúncias *in loco*. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **GESTÃO DE PESSOAS** | 1 Acompa-nhamento das condições de saúde do servidor | Nas U.E. | Diariamente após o retorno das aulas presenciais | Comunidade Escolar | Respeitando as diretrizes sanitárias | (custo com termômetros; álcool gel, máscaras, luvas...) | Mediante realização de triagem |
| | 2.Mapeamento Grupo de Risco | Nas U.E. | 15 dias antes do Retorno | Equipe administrativa | Respeitando as diretrizes sanitárias | Sem custo | Mediante apresentação de Atestado Médico. |
| | 3. Organização do Trabalho | Nas U.E. | Diariamente após o retorno das aulas presenciais | Equipe administrativa e setor de RH<br><br>-------<br>Marcela Balastrin<br>Eri Cristina dos Anjos Campos<br>Edenir Erimar Espindola<br>Analéia Terezinha Levitte | Priorizar o trabalho remoto;<br>Distribuir tarefas Administrativas, quando necessário;<br>Organizar os horários diferenciados de chegada e saída,<br>Assegurar o planejamento democrático;<br>Organizar a contratação de servidores substituto quando necessário. | (com a contratação de servidores) | Contratação de pessoal respeitando edital vigente e/ou específico. |
| | 4. Formação, Treinamento e Simulados | Nas U.E. | Antes e durante o retorno das aulas | Profissionais especializados | Capacitação;<br>Cartilha de Orientação;<br>Afixar Medidas de Prevenção por meio de materiais visuais;<br>Realização de Simulados; | (com o profissional econfecção cartilhas) | Por meio de registros descritivos e/ou visuais |
| | 5.Acolhimento e acompanha-mento Psicossocial | Nas U.E., por vídeo conferências e ou consultório especiali-zado. | Antes e durante o retorno das aulas | Profissionais especializados | Disponibilizar serviços de apoio psicossocial;<br>Promover reflexões por meio de formações virtuais;<br>Promover campanhas motivacionais constantes;<br>Preparar ambiente acolhedor;<br>Acompanhar o pós retorno. | (com o profissional econfecção cartilhas) | Por meio de registros e triagens específicas. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO** | 1.Operacionalizar e promover a Capacitação eo treinamento para o público- alvo, orientados pelas diretrizes no Plano de Contingência Municipal, reestruturando as rotinas regulares; | Na Unidade Ensino e por meio de Recursos/ infomações adequados ao público -alvo. | Antes e durante operíodo letivo. | Comissão escolar<br>---<br>Edite Moraes<br>Jane Cristina Corbellini Rovaris<br>Siomara Catarina Ribeiro Caminha<br>Vanessa Goulart Branco<br>Valdirene Demenech Gattino Furtado<br>Ana Paula Fausto<br>Pablo Gomes<br>Mara Silvana B. Vieira<br>Jamile Araújo Yared | Utilizando Recursos e informações adequadas ao público alvo, como: Palestra a pequenos grupos dentro das UEs, material informativo. | De acordo com a realidade financeira das UEs ou da sua dependência administrativa. | Planejamento das Medidas operacionais, adequada a realidade da unidade de ensino. |
| | 2. Treinar as Comissões Escolares para fiscalização dos regramentos e diretrizes aplicáveis na unidade de ensino; | Nas Unidades de Ensino | Antes e durante o período letivo. | | Organização de grupos de estudos, videoconferências, adequando dentro da realidade de cada sistema de ensino Público e Privado). | De acordo com a realidade financeira das UEs ou da sua dependência administrativa. | Planejamento das Medidas operacionais, adequada a realidade da unidade de ensino |
| | 3.Capacitar profissionais responsáveis pela triagem dos servidores e alunos da escola e depois estabelecer quem fará os procedimentos em caso de suspeitos; | Nas Unidades de Ensino | Antes do retorno das aulas presenciais e se necessário adequação durante o período letivo. | Facilitadores e disseminadores treinados e orientados pelo comitê. (SMEL, CRE e Gestores das UEs privadas. | Organização de grupos de estudos, videoconferências, adequando dentro da realidade de cada sistema de ensino Público e Privado). | De acordo com a realidade financeira das UEs ou da sua dependência administrativa. | Planejamento das Medidas operacionais, adequada a realidade da unidade de ensino |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | I. Planejar a ativação e implementação de um plano de comunicação, constituindo uma equipe responsável pela comunicação interna (entre atores envolvidos na crise e na resposta) e pela comunicação externa (ao público), integrada ao Comitê Municipal, definindo funções e responsabilidades dos seus membros;<br>---<br>II. Utilizar procedimentos operacionais padrão, elaborando cronogramas e monitorando<br><br>sua implementação periodicamente, para que ele possa ser avaliado e melhorado;<br>---<br>III. III. Promover a compreensão do público-alvo, tanto sobre as principais formas de contágio associadas à COVID-19, como sobre as atitudes e comportamentos mais eficazes para a prevenção desse contágio, orientadas na diretriz sanitária do Plano de Contingência; | Nas Unidades de Ensino | Antes do retorno e durante das aulas. | A Comissão escolar das unidades de ensino.<br><br>---<br><br>Valdirene Demenech Gattino Furtado<br><br>Ana Paula Fausto<br><br>Pablo Gomes<br>Mara Silvana B. Vieira | A comissão escolar da unidade de ensino deverá definir estratégias ajustando a realidade de cada unidade, para comunicação e informação adequada, eficaz e objetiva ao público-alvo, que está diretamente envolvido com o estudante/criança. | De acordo com a realidade financeira das unidades de ensino ou conforme a sua dependência administrativa. | Constituição em cada unidade de ensino da comissão escolar, que definirá as estratégias de comunicação e informação definidos no Plano de Contingência escolar, de acordo com os objetivos e metas a serem cumpridos, estipulados no Plano de Contingência Municipal. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | --<br>IV- definir na unidade de ensino sobre os procedimentos em casos suspeitos de contaminação, e/ou ocorrências graves, em todos os aspectos de resposta à epidemia, interno da unidade de ensino e externos como: comunicação imediata à Secretaria Municipal da Saúde e a ouvidoria do Comitê;<br>----------<br>--<br>V promover a compreensão do público-alvo, e parceiros externos relevantes, criando um canal específico, nos meios de comunicação mais eficazes que regularmente são utilizados pelo público-alvo para comunicação com a unidade de ensino;<br>----------<br>VI adotar atitudes responsáveis e equilibradas, na comunicação, que estejam longe, tanto do pânico paralisante, em que muitas pessoas se deixam mergulhar, como da atitude negacionista; | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VII. Analisar e entender o perfil do(s) público(s)-alvo, para poder ajustar os objetivos e metas, diversificar e adequar a linguagem e o formato das mensagens, considerando a existência de pessoas com deficiências auditivas, visuais, cognitivas, de outras etnias ou de outros países, e levando em consideração que uma parcela do público-alvo poderá ter dificuldade em interpretar a ideia dos contextos contidos em cada informação divulgada;<br>---<br>VIII. O planejamento deve manter ou resgatar a confiança, de forma transparente, eficaz, utilizando canais de comunicação confiáveis e eficazes, para receberem informações atualizadas, e resposta a todas as dúvidas e questionamentos, reavaliando o plano de comunicação de risco, dependendo das percepções e perguntas das pessoas, | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | prevendo mecanismos de orientação para desmentir rumores e desinformação, e para que todos os envolvidos no processo educacional tenham uma postura ética, mitigando fake news;<br>----------<br>X Incluir nas mensagens enviadas pelas unidades de ensino, informações sobre as medidas adotadas (pedagógicas, de transporte, de alimentação, de gestão de pessoas, de treinamento e capacitação), e acerca da estratégia e ações previstas para a prevenção de contágio no ambiente da unidade de ensino, para a manutenção das atividades presenciais nos diferentes cenários de risco no retorno às aulas presenciais;<br>----------<br>X O planejamento deve prever formas de comunicação atraentes e eficazes, como a elaboração de cartilha e/ou cartazes (fixados em locais visíveis e de circulação), capacitação e treinamento, | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | com orientação sobre os cuidados básicos de prevenção da COVID-19, principais sintomas, normas de conduta em caso de suspeita de contaminação, e as normas de conduta relativas aos espaços físicos, como por exemplo, que orientem sobre o uso obrigatório de máscaras, de higiene pessoal e de convívio responsável, em contextos de menor distanciamento social, disponibilizando pela internet e/ou fisicamente ao público-alvo, de acordo com a estratégia de comunicação da unidade de ensino;<br>XI. divulgar amplamente os Planos de Contingência Municipal e o Plano de Contingência da unidade de ensino, após homologado pelo comitê Municipal, a fim de promover o engajamento do público-alvo e colaboradores, nos procedimentos a serem adotados em cada diretriz do Plano de Contingência escolar. | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FINANÇAS | I. Avaliar, com base nas ações definidas pela comissão escolar em conformidade com o Plano de Contingência Municipal, para cada nível de prontidão, os recursos financeiros necessários para a implementação das medidas preventivas e de contenção de contágio preconizadas nas Diretrizes do Plano de Contingência escolar, apoio logístico às demais dinâmicas operacionais previstas, etc...).<br><br>II. Dispor de um orçamento prévio quanto aos recursos a serem acionados para a realização das atividades, aquisição de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletivas (EPCs), e todos os itens recomendados nas diretrizes sanitárias, de alimentação, de transporte, pedagógicas, gestão de pessoas, de comunicação e de capacitação e treinamento.<br>----------<br>III. Dimensionar e descrever detalhadamente a quantidade | Nas unidades de ensino, conforme sua dependência administra-tiva | Antes do retorno das aulas e durante. | A Comissão escolar das unidades de ensino, conforme dependência administrativa.<br><br>----------<br>Antonio Cesar Alves de Arruda<br><br>Agnaldo Pereira Oliveira<br><br>Valdirene Demenech Gattino Furtado<br><br>Rodrigo Simão Antonio Koerich<br><br>Luís Varela<br><br>Lara Cabral Pereira | A comissão escolar da unidade de ensino, deverá definir as estratégias orçamentárias, juntamente com sua dependência administrativa, para execução do planejamento orçamentário ajustado à realidade. | De acordo com a realidade financeira das unidades de ensino, e sua dependência administrativa. | Previsão orçamentária para execução das diretrizes do Plano de Contingência da unidade de ensino, conforme sua dependência administrativa. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | de itens indispensáveis que precisam ser adquiridos, para operacionalização a cada 60 dias, de de EPIs, EPCs, materiais individuais, materiais de limpeza, higiene e desinfecção, materiais coletivos, considerando o número de servidores/funcionários, e de alunos/crianças, salas de aula, espaços físicos, entre outros, para que não faltem equipamentos e materiais nas unidades de ensino até o retorno da normalidade .<br><br>IV. As comissões escolares poderão auxiliar nos processos de licitação,/compras no sentido de definir a necessidade; elaboração dos Termos de Referência, obtenção dos orçamentos; encaminhamento para o setor financeiro para aprovação e pré-empenho; encaminhamento para o setor responsável para o lançamento da licitação/compras; realização do contrato e empenho, considerando o tempo de tramitação e os | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | prazos dos fornecedores para o fornecimento dos produtos e materiais.<br>----------<br>V. As unidades de ensino, juntamente com as comissões escolares, organizarão o levantamento de recursos necessários para planejar, organizar e executar as capacitações e treinamentos.<br>----------<br>VI. Considerar os procedimentos estabelecidos nas diretrizes de gestão de pessoas quanto à necessidade<br><br>de contratação de servidores substitutos para atender às demandas dos grupos de risco, identificando orçamento, fonte de recursos e legislação para contratação. | | | | | | |

## 7.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL)

O Município de Lages, adota para acompanhar a execução do plano o seguinte sistema de comando/comitê operacional.

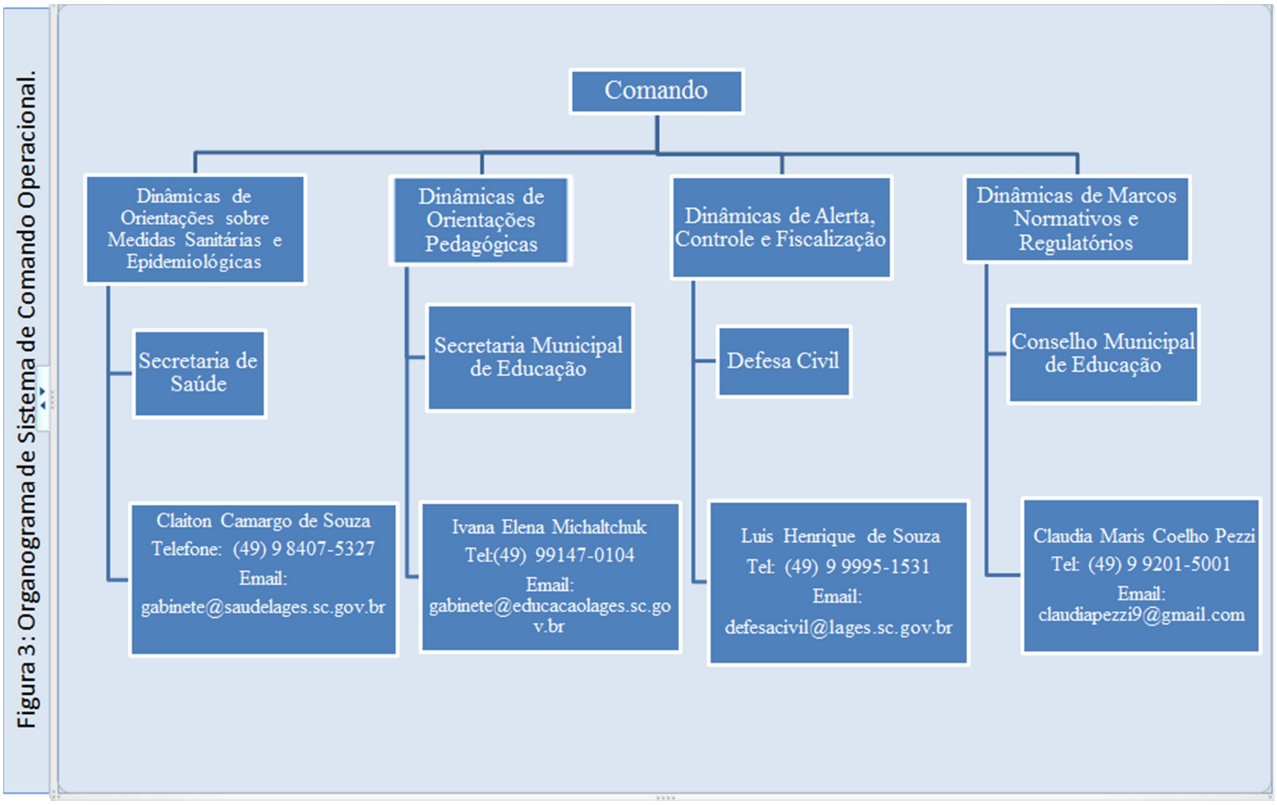


Figura 3: Organograma de Sistema de Comando Operacional.

## 7.3 SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME)

### 7.3.1 Dispositivos Principais

O sistema de alerta e alarme tem como elementos centrais dispositivos que integram o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19:

a) o mapeamento da dinâmica de propagação do vírus entre os municípios catarinenses;

b) o perfil epidemiológico na plataforma multi-escalar territorial;

c) a Matriz de Avaliação de Indicadores de Risco Potencial na Gestão da Saúde (que se constitui no documento central diário de monitoramento e avaliação da situação regional e será complementado pelos boletins municipais).

d) Para além destes, consideram-se, também, dispositivos importantes:

e) indicações provenientes da OMS e de outras instituições internacionais de referência;

f) boletins e relatórios dos responsáveis do SCO estadual/COES nas diversas áreas das unidades de gestão operacional regionais, municipais e escolares;

g) simulados de algumas ações (incluindo testagem de protocolos) realizadas nas regiões/municípios/escolas.

| NOME | FUNÇÃO | CONTATOS | DISPOSITIVO |
|---|---|---|---|
| **Agnaldo Pereira Oliveira**<br><br>- Secretaria Municipal da Educação de Lages | Cuidados relativos aos EPIs - Equipamento de proteção individual e parte Financeira. | (49) 99924-6729 | financeiro@educacaolages.sc.gov.br |
| **Joana ValliatteManfroi**<br><br>- Vigilância Epidemiológica | Simulados de algumas ações (incluindo testagem de protocolos) realizadas nas regiões/municípios/escolas. | (48) 9 9105-2420 | epidemiologialages@gmail.com |
| **Luis Henrique de Souza**<br><br>- Defesa Civil | O perfil epidemiológico na plataforma multi-escalar territorial | (49) 9 9995-1531 | defesacivil@lages.sc.gov.br |
| **Claudia Maris Coelho Pezzi**<br><br>- Conselho Municipal de Educação – CME | Monitoramento e avaliação da situação regional, por intermédio dos boletins municipais. | (49) 9 9201-5001 | claudiapezzi9@gmail.com |
| **Jamile Araújo Yared**<br><br>- Assistência Social | O mapeamento da dinâmica de propagação do vírus entre os municípios catarinenses. | (49)99930-8755 | monitoramentovig.sas@lages.sc.gov.br |
| - Secretaria Municipal da Saúde | Acompanhamento e gestão geral do controle a Pandemia da COVID-19. | | |
| | | | |

### 7.3.2 Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações (de processos e resultados) e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registo das ações adotadas e das verificações realizadas é, também, importante, para salvaguardar futuras questões legais.

Os responsáveis pelo monitoramento das diferentes frentes de ação deverão ser definidos pelo SCO.

Os registos diários da atividade da escola, de maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos que a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedito como o modelo do anexo 2.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade deverão ser enviadas ao Comitê Municipal de Contingência da Pandemia COVID- 19, por meio do email plancon@educacacaolages.sc.gov.br, acompanhado pelo técnico da Secretaria Municipal de Lages – Rafael Salgueirosa, que enviará ao Comitê Municipal para monitoramento e acompanhamento das instituições , por meio da realização de relatórios como modelo disponibilizado anexo 3. Além do monitoramento, a efetiva fiscalização do cumprimento das diretrizes e protocolos estabelecidos neste plano contingência e possíveis documentos complementares colaboram para o êxito no combate à disseminação do Coronavírus.

**ANEXO 1 MODELO BOLETIM**

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | OCORRÊNCIA | ENCAMINHAMENTO | RESOLUÇÃO | ALTERAÇÕES (SE HOUVER) |
|---|---|---|---|---|
| GESTÃO DE PESSOAS | Ex.: Atestado médico Necessidade de isolamento social Apoio psicológico Formação, treinamento | | | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | | | | |
| ALIMENTAÇÃO | | | | |
| TRANSPORTE | | | | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | | | | |
| OUTRAS | | | | |

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

**ANEXO 2 MODELO RELATÓRIO**

**PERÍODO: De A**

**Aspectos facilitadores e dificultadores das Dinâmicas e Ações Operacionais:**

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | FACILITADORES | DIFICULTADORES |
|---|---|---|
| GESTÃO DE PESSOAS | | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | | |
| ALIMETAÇÃO | | |
| TRANSPORTE | | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | | |

**ANEXO 3 DADOS QUANTITATIVOS:**

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS | ASPECTOS | NÚMERO |
|---|---|---|
| GESTÃO DE PESSOAS | Professores envolvidos<br>Servidores envolvidos<br>Estudantes envolvidos<br>Atendimentos realizados com professores Atendimentos realizados com servidores Atendimentos realizados com estudantes Atendimentos realizados com familiares | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | Quantidade de álcool gel Quantidade de máscaras | |
| ALIMENTAÇÃO | Quantidade de refeições servidas<br>Quantidade de alimentos servidos em kg | |
| TRANSPORTE | Quantidade de alunos transportados<br>Quantidade de motoristas mobilizados Quantidade de motoristas treinados | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | Quantidade de atividades desenvolvidas<br>Quantidade de material produzido Quantidade de equipamentos utilizados Quantidade de horas presenciais Quantidade de horas ensino híbrido Quantidade de alunos presenciais Quantidade de alunos em ensino híbrido Quantidade de estudantes ensino remoto | |
| TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO | Quantidade de treinamentos oferecidos<br>Quantidade de professores capacitados Quantidade de servidores em simulados Quantidade de horas de capacitação ofertadas<br>% de aproveitamento das capacitações ofertadas<br>Quantidade de certificados<br>Quantidade de material elaborado | |

**ANEXO 4 DESTAQUES EVIDENCIADOS, ASPECTOS A MELHORAR E LIÇÕES APRENDIDAS**

| DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIAIS | DESTAQUES EVIDENCIADOS | ASPECTOS A MELHORAR | LIÇÕES APRENDIDAS |
|---|---|---|---|
| GESTÃO DE PESSOAS | | | |
| MEDIDAS SANITÁRIAS | | | |
| ALIMENTAÇÃO | | | |
| TRANSPORTE ESCOLAR | | | |
| QUESTÕES PEDAGÓGICAS | | | |

**ANEXO 5:**

**SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES NO PLANO DE CONTINGÊNCIA**

**FOTOS, REGISTROS, DEPOIMENTOS, GRÁFICOS, ETC**

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO